

O INVENTÁRIO DAS COISAS AUSENTES: MEMÓRIA, DIÁSPORA E DESCOLONIZAÇÃO NA LITERATURA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA*

*THE INVENTORY OF ABSENT THINGS: MEMORY, DIASPORA AND
DECOLONIZATION IN CONTEMPORARY BRAZILIAN LITERATURE*

Ilse M.R. Vivian**

RESUMO

O inventário das coisas ausentes (2014), de Carola Saavedra, traz, no primeiro plano da trama de subjetividades, o cenário político brasileiro da ditadura, as experiências da diáspora, bem como as diversas formas de violência perpetuadas pela história nas relações de dominação, que produziram, através dos colonialismos, a subalternização da vida pessoal e social. A partir da leitura da referida narrativa, objetivo redimensionar e reavaliar a categoria da personagem pelo viés da memória enquanto constructo imaginário que deslegitima ou desnaturaliza determinadas relações de poder, cujas formas são determinadas pela eleição valorativa de um centro. Para isso, por meio da analítica da personagem, tomo como interlocutora a crítica relativa ao pensamento decolonial (Fanon; Mignolo; Quijano; Restrepo).

PALAVRAS-CHAVE

Memória; decolonização; diáspora; Carola Saavedra.

ABSTRACT

Carola Saavedra's *The inventory of absent things* (2014), in the fabric of subjectivities, brings to the forefront the Brazilian political scene of the dictatorship, the diaspora experiences and the various forms of violence perpetuated by history in relations of domination, which produced through colonialism the subalternization of personal and social life. From the reading of this narrative, the purpose is to re-scale and re-evaluate the category of the character by the standpoint of memory as an imaginary construct that delegitimizes or denatures certain power relations, whose forms have as determinant the evaluative election of a center. For this, through the analytics of the character, I take as its interlocutor the criticism related to the decolonial thought (Fanon, Mignolo, Quijano, Restrepo).

KEYWORDS

Memory; decolonization; diaspora; Carola Saavedra.

* O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) - Código de Financiamento 001. This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) - Finance Code 001.

** Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Franz Fanon, em capítulo que trata sobre as desventuras da consciência nacional, na obra *Les damnés de la terre* (2010), de 1961, antevê o prolongamento dos imperialismos nos países que alcançaram a independência, afirmando que o futuro não traria a libertação a menos que se alcançasse a consciência sobre o passado. Na esteira desse pensamento, Aníbal Quijano (2005) compreende os processos de descolonialidade como construções culturais produzidas pelos sobreviventes do massacre promovido por forças imperialistas, que os submetem a uma repressão material e subjetiva, forçando o desaparecimento de qualquer relação imaginária com o passado colonial. Essa condição pode ser observada nas experiências dos milhares de imigrantes europeus e traficados africanos que compõem as sociedades no mundo.

Em relação a outros países da América Latina, na Literatura Brasileira são escassas e tardias as narrativas sobre o passado e suas conseqüentes fissuras identitárias, sociais e políticas que remetam à desconstrução dos paradigmas produzidos pela modernidade. Mesmo no que diz respeito a memórias recentes que afetam toda a comunidade, evita-se a exposição das subjetividades que se formaram ou se formam em meio à violência, aos silenciamentos e a todas as formas de imposição econômica, política e cultural. Nos espaços do imaginário nacional, assim, ganham corpo e poder o discurso do outro e o discurso de uma história oficial que perpetua a hegemonia do centro e fomenta a valorização do que é considerado diferente unicamente como recurso exótico disponível. Nesse sentido, convém lembrar Paul Ricoeur (2007, p. 95), ao tratar da mesmidade e da ipseidade, quando afirma que “as fragilidades da memória são expostas pelo retraimento da identidade, que pode ser cerceada pelas ideologias que legitimam sistemas de autoridade.”

Sem dúvida, a memória é um artefato central nos processos de composição das narrativas que formam o imaginário nacional, sobretudo porque é por meio dela que se compõem as alteridades. A questão geral que se levanta, inicialmente, é: que tipo de relação as narrativas literárias brasileiras estabelecem com o passado? Entretanto, ao se refletir a respeito do ser que nasce, especialmente na literatura de hoje, constata-se que a pergunta deve ser outra: como se constitui a memória que origina o ser que nasce na literatura de hoje? A literatura, nesse sentido, é um poderoso campo de elaboração do pensamento, uma vez que o passado constituído pela narrativa ficcional não é do passado, pois não se trata da revisão ou reprodução

de fatos acontecidos, mas da reelaboração da matéria vivida em que está implicada a atividade da imaginação “que rompe com aquilo que se constitui na proximidade e se afasta para capturar reflexivamente a diferença” (SARLO, 2007, p. 41).

A existência da *pessoa*¹ na ficção contemporânea é um fenômeno que sistematiza uma percepção do *s²* marcado pela recorrência de estratégias narrativas que têm como cerne o tempo e sua arquitetura em linguagem. A hipótese que conduz a leitura proposta é a de que a estruturação da personagem e os significados decorrentes de sua formulação, na narrativa contemporânea, respondem às experiências culturais da diáspora que caracteriza o século XXI. A figuração, pela forma como cria simbolicamente dado universo, (re)humanizando o tempo e multiplicando as perspectivas de percepção da própria vida, constitui-se como a exteriorização de um discurso cultural e político de alteridade que pressupõe a dialética da pertença e da libertação.

A abordagem proposta neste artigo situa-se, portanto, no cruzamento entre a problemática da memória, tanto coletiva como pessoal, e das identidades, pois as fraturas do passado e o esquecimento, como perspectivas de experiências que podem legitimar, deslegitimar ou mesmo desconstruir determinadas visões da história, parecem ser elementos contíguos e centrais nos processos que afetam a produção de subjetividades.

Com relação à produção literária no Brasil e seu desempenho nos processos de construção cultural, é preciso lembrar o que afirma Antonio Candido (1989, p.148), no ensaio “Literatura e subdesenvolvimento”: “encaremos portanto serenamente o nosso vínculo placentário com as literaturas europeias, pois ele não é uma opção, mas um fato quase natural. [...] Nas camadas profundas da elaboração criadora (as que envolvem a escolha dos instrumentos expressivos), sempre reconhecemos como natural a nossa inevitável dependência.”

É possível que nosso “vínculo placentário”, como se refere Antonio Candido à relação da Literatura Brasileira com as literaturas europeias, deva ser “serenamente” encarado; entretanto, não se pode pensar como natural e, menos ainda, como

¹ O conceito de *pessoa*, desenvolvido na obra *Pessoa e personagem*, de Michel Zérafra (2010), origina-se de um modo de constatação da realidade associado à determinada visão da existência humana: “entre a *pessoa* possível, ou essencial, e as dificuldades que se opõem à sua realização, a *personagem* é mediadora”.

² Em *O si-mesmo como um outro* (1991), Ricoeur concebe que a categoria da *personagem* carrega a problemática da identidade pessoal e compreende a existência da *pessoa* na narrativa como produto do significado construído pela articulação do narrado com a operação narrativa.

inevitável, nossa dependência cultural, embora esta tenha sido projetada e forçosamente costurada por meio de diversos fatores.

Com base nessas proposições, *O inventário das coisas ausentes* destaca-se pelas formas de composição da personagem, cuja entidade aparece predominantemente pela memória que transgride fronteiras e constitui-se como lugar de tensão dos aspectos culturais e políticos e de mobilização do passado como subsídio à narrativa do presente, mecanismos que, ao que parece, estão compondo, cada vez mais, a figuração do homem nas obras brasileiras produzidas hoje.

É preciso, portanto, para observar a personagem na referida narrativa, acrescer a experiência da diáspora à problemática memória e identidade, uma vez que não é possível conceber o sujeito imaginado pela determinação de fronteiras, sejam temporais ou espaciais, sejam sociais ou culturais. Disso decorre a segunda questão a guiar o estudo proposto: como se constitui a experiência da diáspora na referida narrativa?

No que diz respeito ao exame das práticas culturais do ponto de vista de sua articulação com as relações de poder, e no esforço para teorizar e apreender as mútuas determinações entre formas culturais e forças históricas, a análise do *corpus* conta com os Estudos Descoloniais, linha de pensamento crítico formada por pesquisadores da América do Sul e Caribe que tem como fulcro a problematização da modernidade e seus aparatos empregados para subalternizar as experiências e os significados relativos às diferenças subjetivas, sociais, culturais e políticas.

A descolonialização, conceito aqui adotado para pensar a personagem e a rearticulação do imaginário que se orienta em direção ao próprio reconhecimento, tem origem na teoria de Fanon. Mais especificamente direcionado à América Latina, esse conceito é elaborado pelo sociólogo peruano Aníbal Quijano no final dos anos de 1980 e início de 1990, e, ainda, reelaborado pelo semiótico e professor argentino Walter Dignolo em *Histórias locais/projetos globais* e em publicações posteriores. Para compreendê-lo, é preciso considerar seu significado a partir do que representa o colonialismo, matéria tratada pelo pesquisador colombiano Eduardo Restrepo em *Inflexión decolonial: fuentes, conceptos y cuestionamientos*:

el colonialismo no hay que entenderlo sólo como los aparatos militares y administrativos para la dominación física de unas poblaciones y geografías, sino también como los discursos de inferiorización de los colonizados. Esta inferiorización no es sólo una 'representación' de los europeos sobre las poblaciones dominadas, sino que implica el socavamiento de las condiciones de

reproducción de sus 'sistemas de referencia' (la 'desculturación'). (RESTREPO, 2010, p. 47)

Objetivo, dessa forma, com a aproximação entre a análise dos processos de produção de subjetividades na narrativa brasileira e a crítica dos Estudos Descoloniais, redimensionar e reavaliar a categoria da personagem enquanto constructo imaginário que, além de emitir pontos de vista plurais sobre o homem e sua posição no mundo, desnaturaliza determinadas relações de poder, colocando em crise perspectivas da história ditas como oficiais. A personagem, nesse sentido, corporifica a desobediência epistêmica em relação à sistematização de pensamento proposta pela modernidade, considerando que:

a modernidade não é definida como um período histórico do qual não podemos escapar, mas sim como uma narrativa (por exemplo, a cosmologia) de um período histórico escrito por aqueles que perceberam que eles eram os reais protagonistas. "Modernidade" era o termo no qual eles espalhavam a visão heroica e triunfante da história que eles estavam ajudando a construir. E aquela história era a história do capitalismo imperial (havia outros impérios que não eram capitalistas) e da modernidade/ colonialidade (que é a cosmologia do moderno, imperial e dos impérios capitalistas da Espanha à Inglaterra e dos Estados Unidos). (MIGNOLO, 2008, p. 316-317)

A modernidade disseminou, por meio de suas narrativas, a ilusão do centro e a promessa de futuro, simbolizadas na potência do homem sobre o mundo, na consciência de suas próprias fronteiras e na confirmação de identidades forjadas por modelos fornecidos por um sistema imperialista. Na contramão dessa proposta, *O inventário das coisas ausentes* apresenta um novo realismo, cuja verdade só é possível como possibilidade, como desejo ou vontade, e cuja consciência se constitui no próprio processo criativo da experiência do passado no presente.

O INVENTÁRIO DAS COISAS AUSENTES

O fogo e o relato, o mistério e a história são dois elementos indispensáveis da literatura.

Mas de que forma um elemento, cuja presença é a prova incontestável da perda do outro, pode dar testemunho daquela ausência, esconjurar sua sombra e sua lembrança?

Giorgio Agamben

À primeira vista, a última coisa almejada pelo narrador é falar de si mesmo, um escritor iniciante que tem "planos irresistíveis para um romance de oitocentas páginas, no qual, num trabalho de inovação de linguagem, recontaria toda a história do Brasil."

(SAAVEDRA, 2014, p. 12) Dividido em duas partes, “Caderno de anotações” e “Ficções”, *O inventário das coisas ausentes* começa por provocar o leitor a determinar o que, de fato, é e o que não é. O fio que conduz a narrativa, inicialmente, é a história de Nina e de seus familiares, cuja linha é interrompida por fragmentos de histórias de outras pessoas, episódios aparentemente desconectados. Quanto mais se toma conhecimento do “Caderno de anotações” do escritor, mais se dissipa, para o leitor, a certeza de que haverá conexão entre as histórias, ou a quem cabe, realmente, o protagonismo da história.

A exploração dos limites do pacto ficcional intensifica-se à medida que a narrativa avança. Quando já se tem em mente a figura de Nina e sua relação afetiva com o personagem-narrador-escritor, toma-se conhecimento da seguinte anotação: “O livro é sobre uma mulher chamada Nina” (SAAVEDRA, 2014, p. 26), o que projeta sua figura para a esfera da ficção que está sendo construída pelo personagem-escritor. Em seguida, há outra indicação: “O livro é sobre um lugar. Uma casa. E a descrição detalhada dos móveis da casa, suas janelas, corredores. É também sobre o tempo nesse lugar. Uma pequena engrenagem da memória”.

Na primeira parte da narrativa, os jogos temporais engendram um labirinto da memória, onde se interpõem os vários passados, de gerações, lugares, religiões e seguimentos políticos distintos, e o presente do narrador-escritor, que, por sua vez, também é passado, pois pertence ao “Caderno de anotações”. A narrativa assume a forma verbal do passado para tratar sobre os familiares de Nina e para relatar as histórias paralelas, as quais, além de projetarem sentidos na segunda parte, consistem nas anotações do escritor na recolha de ideias, feitas, aparentemente, de forma aleatória. O passado erigido pelo narrador, nessa parte do livro, é, portanto, construído pela história do outro. Os fragmentos que simulam o presente referem-se aos momentos vividos pelo narrador-escritor com Luiza, a esposa, e com Pedro, o amigo.

A memória é, assim, a articuladora do discurso e, ao mesmo tempo, a matéria posta em questão pela narrativa, cuja composição origina, pelo confronto entre passado e presente, a trama de subjetividades, em que cada personagem se torna, à medida que a narrativa avança, mais nômade de si mesma. Deleuze e Guattari (1997, p. 3), em *Mil Platôs*, consideram que “o nômade não tem pontos, trajetos, nem terra, embora evidentemente ele os tenha. Se o nômade pode ser chamado de o Desterritorializado por excelência, é justamente porque a reterritorialização não se faz

depois, como no migrante, nem em outra coisa”, mas no próprio processo de desterritorialização.

É possível perceber, na construção da personagem Nina, o processo indicado por Deleuze e Guattari ao tratar da simultaneidade com que se configura o ser e não ser no agenciamento da identidade do desterritorializado. A figura de Nina surge ao leitor por meio do contexto diaspórico da família a que pertence, “falava bem português, mas percebia-se que era estrangeira, depois soube que era do Chile.” (SAAVEDRA, 2014, p. 13). O avô paterno, chileno, era cineasta, revolucionário socialista. Após ter uma visão de Jesus, converteu-se e fundou a Igreja Presbiteriana Fundamentalista; enquanto o pai de Nina, engenheiro, “acredita na ciência com a mesma ferocidade com que o avô acreditou na religião. [...] Nina é a neta do reverendo. Filha de um pai ateu.” (SAAVEDRA, 2014, p. 16) A avó materna, de família austera e tradicional, nasceu na Espanha e imigrou para a América Latina. Como era filha mais velha não podia casar, estava destinada a cuidar dos pais. A bisavó de Nina “foi uma das primeiras mulheres no Chile a dirigir um carro”, porém não podia realizar seu sonho de cursar Belas Artes porque o pai não permitia “que a filha estragasse a vida e manchasse a honra da família por causa de um capricho”. (SAAVEDRA, 2014, p. 27)

A complexidade da imagem de Nina vai ganhando forma à medida que o narrador apresenta a vivência da diáspora familiar. A família, como rede e local da memória, constitui o canal da experiência entre os dois lugares. Conforme Stuart Hall (2003, p. 27),

esta é a sensação familiar e profundamente moderna de des-locamento, a qual — parece cada vez mais — não precisamos viajar muito longe para experimentar. Talvez todos nós sejamos, nos tempos modernos — após a Queda, digamos — o que o filósofo Heidegger chamou de *unheimlichkeit*— literalmente, “não estamos em casa”.

Entre os fragmentos que contam o passado familiar e que concretizam a personagem, situando sua condição histórica, política e cultural, o narrador apresenta a recém conhecida Nina:

Não era bonita, mas tinha algo que desde o início me intrigou. Nina olhava para o mundo, para as pessoas como se as interrogasse, como se quisesse esmiuçá-las, arrancar-lhes algum segredo e, ao mesmo tempo, como se ela estivesse sempre em outro lugar. [...] sempre gostei de pessoas sentadas num banco, sozinhas, escrevendo ou desenhando, dão a impressão de que se bastam, apenas elas e o caderno. São pessoas que não precisam de ninguém, ninguém que as entretenha, ninguém que lhes faça um agrado, ou lhes diga algo triste ou surpreendente. Eu achei bonito aquele sotaque. (SAAVEDRA, 2014, p. 12)

O deslocamento de Nina, que se faz e se desfaz, perante o leitor, pela ausência, solidão e abandono da sua presença no presente e pelo enclausuramento, violência e precariedade no passado, é representado, também, através da desconstrução que se opera como mais um sentido atribuído à personagem. Nina aparece pela política que engendra a relação linguagem e corpo:

Nina diz, não é possível falar do outro sem falar de si mesmo. A boneca sou e não sou eu. Tenho e não tenho um corpo. Às vezes ele me surpreende, noutras insiste em antigas repetições. Meu corpo se revela onde terminam as minhas frases, uma interrogação, um ponto final, até mesmo reticências, basta um pequeno silêncio e ele perde seus contornos, restando apenas essa massa moldável, o movimento. Células, tecidos, órgãos que não chegam a se formar. Não é fácil ter um corpo, não é algo necessariamente natural, para isso é preciso coragem. (SAAVEDRA, 2014, p. 46)

A trama de subjetividades relativas à família de Nina, que coloca em jogo o sujeito imaginado, reinsere-se no presente, revelando, pela diáspora, suas fissuras identitárias, pois “não é possível falar do outro sem falar de si mesmo”. A diáspora, nesse sentido, não é individual, mas consequência da consciência que se adquire pelo outro e a partir da qual se exerce o poder da fala. A voz de Nina torna-se coletiva. O tempo de outrora se reintegra ao presente, mas por meio de outro corpo e voz que resistem às forças históricas que os pressionam a ser esquecidos, “basta um pequeno silêncio e ele perde seus contornos”.

Trata-se, portanto, aqui, da construção da memória pela inexistência de fronteiras e, ao mesmo tempo, pela preservação das diferenças, ou seja, a figura de Nina aparece pelos deslizamentos propostos na relação de continuidade estabelecida entre o múltiplo eu e o múltiplo outro, contrariando a lógica binária que edificou o pensamento sistemático da modernidade, o que tem como preceito o “conceito fechado de diáspora [que] se apoia sobre uma concepção binária de diferença. Tal conceito está fundado sobre a construção de uma fronteira de exclusão e depende da construção de um "Outro" e de uma oposição rígida entre o dentro e o fora.” (HALL, 2003, p. 33).

A proposta de alteridade construída por meio da memória, então, opera como um discurso da descolonialidade perante as relações de dominação oriunda da lógica eurocêntrica, a qual produziu, pela colonialidade do poder, a subalternização do saber e da vida social daqueles povos considerados fora do grande circuito econômico e cultural que se forma desde o Renascimento até os dias de hoje. Essa alteridade

constitui-se como uma diferença da subjetividade do ser/estar em confronto com a crítica ao desenvolvimento do capitalismo global na produção de suas exterioridades:

La crítica al eurocentrismo desde la inflexión decolonial pasa por reconocer que todo conocimiento es un conocimiento situado histórica, corporal y geopolíticamente. La pretensión eurocêntrica de un conocimiento sin sujeto, sin história, sin relaciones de poder, um conocimiento desde ningún lugar, como 'la mirada de dios', descorporalizado y deslocalizado, és profundamente cuestionada. (RESTREPO, 2010, p. 20)

A desterritorialização da personagem e os deslizamentos propostos por uma imagem feita na comunhão com o outro e com o passado é um procedimento alinhado à prática epistemológica que deslegitima a lógica colonial e propõe a enunciação e a presença marcada pela voz e pelo corpo a partir das fronteiras como lugar aberto ao possível:

As modernidades alternativas ou subalternas que reclamam seu direito de existir reafirmam o imperialismo ou a ideia ocidental da modernidade ocidental travestida de universalidade. Em segundo lugar, se se aceita que a modernidade é uma narrativa e não uma ontologia, uma possível resposta consiste em reclamar “nossa modernidade”, como faz o politólogo indiano Partha Chatterjee ao reformular o passado e o papel da Índia na história global. Resulta necessário eliminar o conceito de “pré-moderno”, que presta um bom serviço à modernidade imperial, para falar em seu lugar com orgulho do “não-moderno”. Argumentar o “não-moderno” requer uma prática de desprendimento e do pensar fronteiroço, para, assim, legitimar que outros futuros mais justos e igualitários possam ser pensados e construídos para além da lógica da colonialidade constitutiva da retórica da modernidade. (RESTREPO, 2010, p. 25)

No mosaico de subjetividades, ao lado da imagem de Nina, destaca-se o cenário político da ditadura, com as experiências marcadas pela destruição e pelo medo. Em meio à solidão, ao abandono e à violência, a memória é o dispositivo disponível no instante singular em que as perguntas não encontram respostas e não querem mais ser silenciadas. Dar voz à memória é, nesse sentido, reinscrever identidades, colocando à prova e discutindo as origens e a formação e, portanto, as vias de abertura de possibilidades ao presente. Afinal, “os rastros contam sempre uma outra história” (SAAVEDRA, 2014, p. 64):

História paralela. Santiago do Chile. Apaixonou-se por ele à primeira vista. [...] Jaime era um homem interessante, bonito, muito bonito, alto, cabelos castanhos, e um olhar de cílios longos que lhe davam uma doçura inesperada. Quatro meses depois do primeiro encontro, no bandeirão da universidade, foram morar juntos. [...] Tiveram um menino, Diego, tempos difíceis, diziam, era o ano de 1973. O golpe militar mudara a vida de quase todos aos seu redor, inclusive a dela e a do marido. Jaime quase não aparecia em casa, nunca avisava, nunca dava explicações, por precaução, dizia, para proteger você e nosso filho. Até que um dia ele desapareceu. (SAAVEDRA, 2014, p. 55)

O retorno do marido traz a ausência, um dos produtos da violência, além do terror e do medo: “Ela o beijava, mas ele estava oco, ela pensava. Era como beijar algo que não existia, como se Jaime houvesse deixado de ser uma pessoa, restando apenas a casca” (SAAVEDRA, 2014, p. 56). Em seguida, vem o estranhamento e, depois, o desconhecido: “eu não sei quem é esse homem, eu não sei, ela chorava. Jaime a agredia de diversas formas, nas palavras que usava para referir-se a ela, à sua dificuldade de aprender o dinamarquês, e até ao seu corpo, gorda, tenho uma mulher gorda e burra” (SAAVEDRA, 2014, p. 57).

A memória representada em tais episódios, que são intercalados e aparentemente desconectados da história de Nina ou do narrador-escritor, de modo que sua leitura não pressupõe um vínculo afetivo entre o leitor e as personagens, revela a crueldade da desumanização ocultada sob todas as formas de violência, cuja destruição prolonga e se estende por toda a comunidade de uma geração a outra. O distanciamento proporcionado ao leitor conduz ao questionamento da lógica que norteia a estabilidade da tradição, que se arraigou a partir da modernidade. As forças reguladas pela violência mantêm o controle pelas políticas violentas que promovem o massacre de milhares em prol do progresso e da salvação de uma minoria.

Na segunda parte de *O inventário das coisas ausentes*, intitulada ironicamente “Ficções”, o sentido atribuído à violência é amplificado quando ganha corpo na narrativa do personagem-escritor a relação caótica que esse mantém com o próprio pai. No início do romance, localiza-se a antecipação da narrativa pessoal do *si*: “Ainda não sei nada sobre a história. Apenas algumas ideias desconexas, um homem velho, uma casa, diários. Um filho.” (SAAVEDRA, 2014, p. 12) Logo em seguida: “A história começa a se delinear. Será uma história de família.”

O jogo entre o que seria real ou ficcional é mantido. Entretanto, as histórias dispersas na primeira parte da narrativa já prenunciam a quebra do silêncio. Os fragmentos alternam-se entre o agora do narrador-escritor, que, mesmo resistindo, dirige-se à casa do pai, e as lembranças sofridas de outrora, quando menino. Na narrativa emitida do presente, ele afirma: “o ódio e o medo fazem a gente dizer qualquer coisa. Como se não houvesse nascido e me criado naquela casa. [...] Há lugares que nunca nos abandonam. Espaços que nos espreitam, nos assombram”. (SAAVEDRA, 2014, p. 71-72). Via lembrança, “o corpo do menino treme”. Beatriz Sarlo, ao tratar das subjetividades engendradas pela modernidade, afirma que esta

teria afetado as subjetividades até emudecê-las; nela, só o gesto de redenção messiânica conseguiria abrir o horizonte utópico de uma restauração do tempo histórico pela memória que quebraria a casca reificada dos fatos. Aqueles que, por sua vez, sustentam a hipótese de uma mudança na continuidade das gerações assinalam um tipo diferente de incomunicabilidade da experiência. Trata-se da crise, também moderna, da autoridade do passado sobre o presente. (SARLO, 2007, p. 29-30)

A memória redobra o instante, o martírio, a violência, o autoritarismo do pai projetado sobre o filho. A força da memória promove, como afirma Sarlo, a convicção do testemunho; porém, com a mesma intensidade, rompe com a autoridade do passado, com sua referência, com sua continuidade quando se projeta pela perspectiva plural. Tal como afirma o narrador, trata-se de “o tempo sobre si mesmo, [...] o peso do tempo sobre si mesmo.” (SAAVEDRA, 2014, p. 75). Mas não é apenas o tempo que dobra a formulação do *si*; a primeira parte da narrativa sobrepõe-se a essa, como em espelho, e o leitor pode retomar e ampliar seus significados pelas diversas perspectivas, mais diretas e mais profundas: “Meu pai esteve preso, durante um ano, desapareceu de um dia para outro. Foram buscá-lo em casa, minha mãe estava com ele, assistiam às notícias da televisão, eu ainda não havia nascido, ela grávida de mim [...] ele foi sem dizer nada” (SAAVEDRA, 2014, p. 109).

Como contraponto às fragilidades do menino em meio a todas as formas de violência do pai e da mãe – esta o abandonara, interpõe-se, de um fragmento a outro, o corpo de Nina, que “tem uma força inexplicável, como se fosse capaz de suportar qualquer peso, qualquer golpe, qualquer desencanto” (SAAVEDRA, 2014, p. 112). Nos interstícios da relação estabelecida com o passado, que se constituía pelo “ódio e medo, ódio e medo” (SAAVEDRA, 2014, p. 101), o narrador-escritor reelabora o presente “para quando chegasse o fim” (p.121), o fim do tempo estagnado, pois “não há disciplina para o tempo” (SAAVEDRA, 2014, p. 113).

As lembranças põem fim aos silenciamentos, e a memória organiza a narrativa que exterioriza o nascimento de um outro *si*: um eu que nasce imediatamente quando “a história acaba. A história acaba quando somos obrigados a nos livrar dela, para que outro a compreenda, e coloque em seu texto uma vírgula ou ponto final” (SAAVEDRA, 2014, p. 120). O esgotamento da história é simbolizado pela morte do pai: “a morte de outros homens na morte de um só homem, como se todas as histórias precisassem de uma só história para existir.” (SAAVEDRA, 2014, p. 121)

Dessa forma, *O inventário das coisas ausentes* nasce com o leitor, como explicitado pelo título, não só como determinante da relação e dos limites entre

verdade e mentira, ficção e história, mas, sobretudo, como inventário da história que, para ser passado, mantém-se latente entre a lembrança e o esquecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Carola Saavedra pertence a uma nova geração de escritores que se caracteriza pela elaboração de uma crítica do presente, cuja matéria narrativa consiste na mobilização e ruptura do passado como alternativa para dar forma ao presente. A dimensão subjetiva que se põe a narrar possibilita o acesso a uma realidade de ser que escapa às perigosas invenções unitárias da razão. Multiplicam-se, dessa forma, as possibilidades de interpretação das questões mais vulneráveis da contemporaneidade, como a violência histórica contra o sujeito estabelecida pelas relações de poder construídas pela lógica da modernidade, a urgência de existir e a diáspora.

A representação dialética do desejo de pertença/libertação, que subsiste, na figura da personagem, a todas as formas de opressão, torna-se possível a partir da configuração narrativa que alia estratégias como a fragmentação temporal do ato narrativo, a descontinuidade da matéria narrativa e as diferentes temporalidades do *si*, o que conduz aos deslizamentos de sentidos entre as múltiplas perspectivas, cuja organização fica a cargo do leitor.

Tendo em vista o contexto contemporâneo e os questionamentos oriundos das complexas relações que se instauram quando se trata de estética, sujeito e história, que vão de encontro ao conceito homogêneo e totalitário da noção de identidade, as práticas culturais e políticas e suas formas de construção em narrativa podem ser observadas como uma resposta epistemológica à lógica de estabilidade perpetuada por determinadas tradições impostas pela modernidade.

A composição pela construção da memória, estética que aproxima da reflexão sobre os processos culturais de descolonização da América Latina pelo viés dos Estudos Descoloniais, pressupõe a enunciação de sujeitos plurais que, pela experiência da diáspora, no jogo de construção temporal da narrativa, colocam à prova o passado, a construção de suas hierarquias, suas origens e formação, bem como a repressão material e subjetiva engendrada por uma visão que se diz única. O entrelaçamento entre narrativa, história e cultura, sob essa ótica, permite reavaliar as complexas relações que, hoje, instauram-se entre as subjetividades na produção do que se pode chamar de poética da alteridade. Conforme afirma Le Goff (2013, p. 212),

“as categorias que exprimem as relações de uma sociedade exprimem e asseguram a compreensão de sua estrutura”.

Essa visão relaciona-se com os argumentos descoloniais que já vêm sendo debatidos por muitos estudiosos desde o século XIX. O pensamento anterior e as redefinições do atual contexto permitem, assim, enormes avanços nesse sentido. A literatura, enquanto pensamento crítico produzido nas fronteiras, é capaz de trazer respostas epistemológicas ao presente, uma vez que se instaura quando o indefinível pode ser simbolizado e se dissemina.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. *O fogo e o relato*. Ensaios sobre criação, escrita, arte e livros. Trad. Andrea Santurbano, Patrícia Peterle. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.
- CANDIDO, Antonio. Literatura e subdesenvolvimento. In: _____. *A educação pela noite & outros ensaios*. São Paulo: Ática, 1989. p. 140-162.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. v. 5. São Paulo: Ed. 34, 1997.
- FANON, Franz. *Os condenados da terra*. Trad. Enilce Albergaria Rocha, Lucy Magalhães. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2010.
- HALL, Stuart. *Da diáspora - identidades e mediações da cultura*. Trad. Adelaine La Guardia Resende, Ana Carolina Escosteguy, Claudia Alvares, Francisco Rudiger, Sayonara Amaral. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Trad. Bernardo Leitão [et al]. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.
- MIGNOLO, Walter D. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. *Cadernos de Letras da UFF - Dossiê: Literatura, língua e identidade*, n. 34, p. 287-324, 2008. Disponível em: <<http://www.cadernosdeletras.uff.br/joomla/images/stories/edicoes/34/traducao.pdf>> Acesso: 18 dez. 2018.
- QUIJANO, Aníbal. *Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina*. Estudos Avançados, v. 19, n. 55, São Paulo, set.-dez., 2005.
- RESTREPO, Eduardo. *Infléxion decolonial: fuentes, conceptos y cuestionamientos*. Colombia, Cauca: Editorial del Universidad del Cauca, 2010.
- RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Trad. Alain François [et al.]. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2007.

RICOEUR, Paul. *O si-mesmo como um outro*. São Paulo: Papyrus, 1991.

SAAVEDRA, Carola. *O inventário das coisas ausentes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. Trad. Rosa Freire de d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

ZÉRAFFA, Michel. *Pessoa e personagem: o romanesco dos anos 1920 aos anos de 1950*. Trad. Luiz João Gaia e J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 2010.

*Recebido em 06/02/2019.
Aprovado em 16/03/2019.*